

POLEMICA ECOLOGICA

Grupo denuncia fraude em trabalho que libera a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins

# Estudo ambiental é posto sob suspeita

RUBENS VALENTE

SÃO PAULO - Um grupo de antropólogos de São Paulo está denunciando que houve "fraude intelectual" no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que o governo

federal contratou para liberar a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins. É a obra mais polêmica do Ministério dos Transportes, ao prever pelo menos 87 intervenções nos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes. Pela pri-

meira vez, agora oficialmente pelo EIA, estão confirmadas explosões de rocha com dinamite e dragagens continuadas que poderão causar erosões, enchentes e alterações hidrológicas na região, um santuário ecológico, onde vivem

índios de 15 etnias, pescadores, ribeirinhos e animais em extinção como o boto cor-de-rosa, a onça pintada, a ariranha e a lontra.

Atravessando 2.102 quilômetros de cinco estados, dez áreas de conservação - incluindo a maior

ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal - e 35 terras indígenas, com uma área de abrangência que corresponde a 11% do território nacional, a hidrovia é um projeto ambicioso, uma prioridade no Plano Brasil em Ação do governo fe-

deral. Serão gastos R\$ 224 milhões da União numa primeira etapa e R\$ 198 milhões na fase complementar, que projeta um canal artificial de 60 quilômetros para transposição das corredeiras de Santa Isabel, no Rio Araguaia (PA).

## Antropólogos vêm má-fé

Os antropólogos foram contratados pelo empreendedor da obra, a Ahitar (Administração da Hidrovia Araguaia-Tocantins), ligada ao Ministério dos Transportes, para fazer o estudo do impacto da obra sobre 15 etnias. O estudo original teria sido alterado "com má-fé e de forma inescrupulosa", segundo o antropólogo André Amaral Toral.

O estudo original dos antropólogos era composto de três volumes e tem conclusões que podem ser entendidas como uma condenação à obra. Já prevendo possíveis "edições" do material, os antropólogos tomaram o cuidado de protocolar uma cópia oficial na 6ª Câmara da Procuradoria da República em Brasília, além de entregar outra aos índios Xavantes da região do Rio das Mortes, uma etnia diretamente afetada pela obra - índios tão indignados com a obra que não pensaram duas vezes ao incendiar 30 placas de sinalizações colocadas inadvertidamente no Rio das Mortes, e seqüestrar uma barcaça de carga que tralegava pela região sem autorização.

Há uma semana, o Ibama tornou acessível ao público a versão oficial do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório) da obra. A discrepância entre o estudo oficial e aquele protocolado na Procuradoria foi descoberta por pessoas que nos últimos anos acompanham o assunto, como o ambientalista Maurício Galinkin, do Cebrac (Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural), de Brasília, e os advogados do ISA (Instituto Socioambiental) de São Paulo, Sérgio Leitão e Fernando Baptista. Procurados pelo

Documentação

Fonte: USP

Data: 22/8/99 Pg 8 e 9

Class.

JORNAL DO BRASIL, na última sexta-feira, três dos antropólogos que trabalharam no estudo disseram que ele foi adulterado, de modo a amenizar as críticas ao projeto. E prometem uma resposta judicial à Ahitar.

Toral, formado pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), com doutorado pela USP (Universidade de São Paulo), afirmou que 200 páginas de seu estudo sobre as etnias Avá-Canoero, Carajá e Javaké, desapareceram, e parte dos impactos apontados foi "condensada" numa tabela "incompreensível", segundo Toral. "É uma falsificação grosseira", disse o professor. Outro antropólogo da USP, Eduardo Carrara, disse que a supressão de dois, dos três volumes do estudo, é "lamentável". "Isso vai ser denunciado por nós como uma manipulação", disse Carrara, que deve, junto com os colegas, protocolar denúncia sobre falta ética na ABA (Associação Brasileira de Antropologia).

Segundo Carrara, os antropólogos haviam feito considerações sobre possível aumento da mortalidade entre os 13.300 índios que têm nos rios da região a sua fonte de sobrevivência, principalmente na pesca. "Nós havíamos previsto um aumento da morte entre os índios, por causa da poluição e da mortalidade de peixes, prevista em outras partes do estudo", disse Carrara.

Um terceiro estudioso contratado pela Ahitar para o estudo antropológico, Luiz Roberto de Paula, disse que manteve contato telefônico com a Ahitar na quinta-feira e o órgão teria prometido remeter a versão original do estudo para o Ibama. Mas o estudo oficial, que é uma exigência legal para empreendimentos que causam impacto no meio ambiente, já tinha sido entregue ao Ibama há via pelo menos 15 dias. (R.V.)